

Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil

Tânia Lobo

Universidade Federal da Bahia (Brasil)

tanlobo@gmail.com

Recibido o 16/12/2014. Aceptado o 26/01/2015

Rosa Virgínia Mattos e Silva and the linguistic social history of Brazil

Resumo

Rosa Virgínia Mattos Silva representa, na segunda metade do século XX, um pensamento vivo e instigante sobre a história social linguística do Brasil. Neste texto, homenageio esta eminente linguista, discutindo cinco das suas principais *proposições* sobre o tema, a saber: 1) A história linguística do Brasil não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, nem à história do português brasileiro. 2) O português brasileiro emerge em contexto multilíngue: o contato linguístico é, pois, elemento constitutivo da sua formação. 3) Na cena linguística do Brasil colonial, destacam-se três atores principais: o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro. 4) Africanos e afrodescendentes foram os principais difusores da língua portuguesa no Brasil e os principais formadores do português brasileiro em sua variante social majoritária — o português popular brasileiro. 5) O passado sócio-histórico-linguístico do Brasil deverá ser interpretado para a compreensão do português brasileiro «heterogêneo e variável, plural e polarizado» da atualidade.

Palabras chave

História linguística do Brasil, diversidade linguística, português brasileiro

Sumario

1. Introdução. 2. Proposições comentadas. 2.1. Primeira proposição. 2.2. Segunda proposição. 2.3. Terceira proposição. 2.4. Quarta proposição. 2.5. Quinta proposição. 3. Palavras finais.

Abstract

In the second half of the twentieth century, Rosa Virgínia Mattos e Silva represented acute and provocative thinking concerning the linguistic social history of Brazil. In this paper, I pay homage to this eminent linguist, discussing five of her key proposals on the subject, namely: 1) The linguistic history of Brazil is not restricted to the history of the Portuguese language in Brazil, or the history of Brazilian Portuguese. 2) Brazilian Portuguese emerged in a multilingual context: language contact is therefore a constitutive element in its development. 3) On the linguistic stage of colonial Brazil, three principal actors stand out: European Portuguese, the indigenous *linguas gerais* and general Brazilian Portuguese. 4) Africans and Afro-descendants were the major disseminators of the Portuguese language in Brazil and the key «formatters» (*formatadores*) of Brazilian Portuguese in its main social variety - popular Brazilian Portuguese. 5) The socio-historical and linguistic past of Brazil must be interpreted in order to understand the «variable, heterogeneous, plural and polarized» Brazilian Portuguese of today.

Keywords

Linguistic history of Brazil, linguistic diversity, Brazilian Portuguese

Contents

1. Introduction. 2. Five propositions with comments. 2.1. First proposition. 2.2. Second proposition. 2.3. Third proposition. 2.4. Fourth proposition. 2.5. Fifth proposition. 3. Final words.

A primeira versão deste texto foi apresentada como conferência plenária proferida no XVII CNLF - Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado pelo Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, no Instituto de Letras da Universidade Estadual do Rio Janeiro, de 26 a 30 de agosto de 2013.

1. INTRODUÇÃO

São, fundamentalmente, dez, os textos que compõem o legado de *Rosa Virgínia Mattos e Silva* para as novas gerações de linguistas que se aventurarem pela história social linguística do Brasil, campo de investigação que, segundo suas palavras, «se moverá fundado na história social do Brasil», aquele em que «o historiador da língua estará mais próximo do historiador *tout court*» (Mattos e Silva 2004c: 59).

Sob inspiração direta de Antônio Houaiss — autor do por ela qualificado «rebrilhante e sintético ensaio» *O português no Brasil*, publicado em 1985 —, entrevista, para o referido campo, duas principais vertentes de reconstrução:

1. «[...] uma referente à recuperação da articulação entre fatos de ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico-linguísticas e fatos das prevalências e desaparecimento das línguas, [prevendo essa vertente] [...] a via do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes para os indígenas e negros) dos inícios da colonização.»

2. Outra referente «à reconstrução da história da escolarização no Brasil [...], fator fundamental para a compreensão da polarização entre normas vernáculas e normas cultas do português brasileiro [, prevendo ainda essa segunda vertente] a recuperação de políticas linguísticas havidas ao longo da história do Brasil [...]».

O tema deste artigo, anunciado já no seu título, é «Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil». Pretendo desenvolvê-lo a partir da releitura dos dez textos abaixo referidos e indicados na sequência em que foram pela primeira vez publicados. Com exceção apenas de «Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa», todos os demais foram reunidos na coletânea *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, publicada pela Editora Parábola, no ano de 2004.

- 1993 – Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história)¹
- 1995 – A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro
- 1998 – Ideias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior
- 2000 – Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro
- 2000 – Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados
- 2001 – De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios
- 2002 – Reflexões e questionamentos sobre a constituição de *corpora* para o Projeto «Para a história do português brasileiro»²
- 2002 – Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa
- 2004 – O português brasileiro: sua formação na complexidade multilinguística do Brasil colonial e pós-colonial
- 2004 – Fatores sócio-históricos condicionantes na formação do português brasileiro: em questão o propalado conservadorismo da língua portuguesa no Brasil³

Dos dez textos, extraí cinco *proposições*, que serão objeto do meu comentário, as quais, se, obviamente, não esgotam a riqueza dos textos lidos, podem servir de itinerário para a aventura de novos leitores. São elas:

¹ Anteriormente, com título parcialmente distinto, foi publicada uma versão reduzida do texto: Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1992): «Português brasileiro: raízes e trajetórias», *Ciência Hoje* 15 (86), 76-81.

² Este texto corresponde ao sexto capítulo da coletânea *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro* e nela foi publicado com o título de «Para a história do português brasileiro».

³ Este texto corresponde ao sexto capítulo da coletânea *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro* e nela foi publicado com o título de «Fatores sócio-históricos condicionantes na formação do português brasileiro».

1. A história linguística do Brasil não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, nem à história do português brasileiro.
2. O português brasileiro emerge em contexto multilíngue: o contato linguístico é, pois, elemento constitutivo da sua formação.
3. Na cena linguística do Brasil colonial, destacam-se três atores principais: o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro.
4. Africanos e afrodescendentes foram os principais difusores da língua portuguesa no Brasil e os principais formatadores do português brasileiro em sua variante social majoritária — o português popular brasileiro.
5. O passado sócio-histórico-linguístico do Brasil deverá ser interpretado para a compreensão do português brasileiro «heterogêneo e variável, plural e polarizado» da atualidade.

2. CINCO PROPOSIÇÕES COMENTADAS

2.1. Primeira proposição

A história linguística do Brasil não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, nem à história do português brasileiro

O Brasil é um país cuja população é hoje esmagadoramente monolíngue em português — ou em português brasileiro —, mas tal condição, além de não ter sido obra do acaso, teria, segundo Rosa Virgínia, sido definida a partir da segunda metade do século XVIII, quando «o multilinguismo menos ou mais generalizado, a depender da conjuntura histórica local nos séculos anteriores, localiza-se e abre, então, o seu caminho o português brasileiro» (Mattos e Silva 2004c: 20).

Políticas linguísticas gestadas menos ou mais explicitamente para extinguir a diversidade linguística conduziram a esta realidade. Costuma-se, com mais frequência, chamar a atenção para o Diretório dos Índios ou Diretório do Marquês de Pombal, de meados do século XVIII⁴, o qual pôs fim ao trabalho missionário dos religiosos jesuítas nos aldeamentos indígenas, elevando-os à condição de vilas a ser administradas por um Diretor, cuja principal obrigação seria a implementação de um projeto dito civilizatório, o de civilizar os índios, devendo, para tal e primeiramente, extirpar-lhes as línguas de origem, fossem elas quaisquer línguas indígenas ou, em particular, a chamada geral. A passagem a seguir, extraída do Diretório, embora longa, merece ser lida:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações que conquistaram novos Domínios introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência que, ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do Príncipe que os conquistou, se lhes radica também o afecto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando, pois, todas as Nações polidas do Mundo este prudente e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua que chamaram geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que, privados os Índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo, por modo algum, que os Meninos e Meninas que pertencerem às Escolas e todos aqueles Índios que forem capazes de instrução nesta matéria usem da Língua própria das suas Nações ou da chamada geral, mas unicamente da Portuguesa, na forma que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual e Temporal do Estado.

Se as línguas indígenas e a geral — ou, talvez, as gerais, já que, conforme Aryon Rodrigues (1994, 1996), teriam sido duas, a língua geral paulista, de base tupiniquim, e a língua geral amazônica, de base tupinambá — foram alvo explícito de ações estatais glotocidas principal-

⁴ O Diretório, datado do ano de 1757, dispunha sobre os aldeamentos indígenas do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1758, um Alvará estendeu suas medidas para o Estado do Brasil. Em 1798, o Diretório foi revogado. Os índios aldeados foram emancipados e equiparados aos outros habitantes do Brasil.

mente a partir de meados do século XVIII, outra espécie de política linguística, igualmente glotocida, mas realizada na prática, e não explicitada em lei, terá atingido as línguas negro-africanas que, desde a década de 30 do século XVI, passaram a adentrar o território brasileiro. Segundo Antônio Houaiss (1985: 77-78), «pelo tipo de escolha a que eram submetidos desde os portos negros até sua localização como mão-de-obra no Brasil, os negros foram selecionados negativamente, a fim de que não se adensassem em um ponto qualquer, étnica, cultural e linguísticamente.» Esta política de mesclagem etnolinguística — ou, em outras palavras, de separação dos coétnicos e colíngues — tem sido destacada por antropólogos, historiadores da escravidão e da história linguística do Brasil como um dos fatores para, das 200 a 300 línguas transplantadas com o tráfico de escravos, nenhuma ter-se implantado e difundido em território brasileiro, embora, a este respeito, se deva referir a ressalva de que algumas delas parecem ter tido uma relativa sobrevivência, como teria sido o caso, por exemplo, do quimbundo, na Bahia do século XVII, e do ioruba, também na Bahia, mas já no século XIX (cf. Petter 2006: 124).

Por fim, neste quadro sinótico que aqui apenas delinheio, devo mencionar o terceiro alvo, as línguas da imigração, que, sobretudo a partir de meados do século XIX, começaram a chegar, atingidas não só, mas significativamente, pela política de nacionalização do ensino implementada pelo Estado Novo (1937-1945), que proibia o ensino escolarizado em qualquer outra língua que não fosse o português. Sucessivos decretos presidenciais — como o de nº 406, de maio de 1938, o de nº 1.006, de dezembro de 1939, o de nº 1.545, de agosto de 1939, o de nº 2.072, de março de 1940, e, finalmente, o de nº 3.580, de setembro de 1941 — deram cabo das escolas de comunidades de alemães, italianos, poloneses e japoneses no Brasil, país que, apesar de ter, comparativamente aos Estados Unidos e à Argentina, recebido um afluxo relativamente pequeno de imigrantes, apresentou o maior número de escolas étnicas no continente americano (cf. Kreutz 2000).

É só a partir da Constituição Federal de 1988, portanto, há apenas pouco mais de 25 anos, que, segundo Rosângela Morello (2012: 13-14), se poderá falar de um «reposicionamento do Estado brasileiro diante da diversidade linguística». Diz a autora:

No Brasil, o primeiro avanço notável se deu com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu aos indígenas o direito à cidadania, à sua cultura e à sua língua. No entanto, as inúmeras línguas de imigrantes (Talian, Italiano, Alemão, Ucraniano, Polonês...), os crioulos (Karipuna e Galibi-Marworno), as línguas de sinais (LIBRAS e Kaapor) e as afro-brasileiras permaneceram no silenciamento [...]. Este panorama foi modificado, em nível nacional, apenas com a implementação da política de Reconhecimento e Registro de todas as línguas praticadas no Brasil através do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil (INDL), instituído pelo Decreto nº 7.387/2010. De acordo com o relatório do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL), a política de Reconhecimento e Registro contempla todas as línguas que «tenham relevância para a memória e identidade dos grupos que compõem a sociedade Brasileira, sejam veículo de transmissão cultural e faladas no território nacional há pelo menos três gerações (ou 75 anos)» (Relatório do GTDL, 2007, p. 11).

A lei nº 10.436, de 20 de abril de 2002, como é sabido, regulamentou o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na educação e reconheceu direitos fundamentais das comunidades surdas, tornando, assim, o Brasil, em toda a sua extensão territorial, um país oficialmente bilíngue.

Apesar de, no país, destaca mais uma vez Morello (2012: 12), não haver, além do português e da LIBRAS, nenhuma outra língua de abrangência nacional ou mesmo regional, há um conjunto expressivo de municípios onde se falam majoritariamente línguas indígenas ou línguas da imigração, o que os converte em «instâncias potentes para a gestão de línguas». É com base nesta visão que se iniciou, a partir do ano de 2002 e do município mais plurilíngue do Brasil — o município amazônico de São Gabriel da Cachoeira —, a política de cooficialização de línguas em âmbito municipal, uma iniciativa inovadora no campo das políticas linguísticas no país.

Em aproximadamente dez anos, nove línguas tornaram-se cooficiais em doze municípios brasileiros. O *nehegatu*, o *baniwa* e o *tukano*, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas; o *guarani*, em Tacuru, no Mato Grosso do Sul e o *akwê xerente*, em Tocantínia, no Tocantins. Para além dessas línguas indígenas, quatro línguas da imigração: o *pomerano*, em Santa Maria de Jetibá, Pancas, Domingos Martins, Laranja da Terra e Vila Pavão, no Espírito Santo; o *hunsrückisch*, em Antônio Carlos, em Santa Catarina, o *alemão*, em Pomerode, em Santa Catarina, e o *talian*, em Serafina

Corrêa, no Rio Grande do Sul. Encontram-se em processo de cooficialização o guarani, em Paranhos, no Mato Grosso do Sul, e o hunsrückisch, em Santa Maria do Herval, no Rio Grande do Sul.

Encerro o comentário a esta primeira proposição fazendo referência ao Censo de 2010, que incluiu o quesito linguístico. Foram registrados 896,9 mil indígenas⁵, distribuídos em 305 etnias e falando 274 línguas⁶. Anteriormente ao Censo de 2010, apenas os Censos de 1940 e de 1950 colheram informações sobre línguas faladas no território nacional, visando, porém, não à defesa da diversidade, mas à promoção exclusiva do português. Estranhamente, porém, o Censo de 2010 se cala quanto às aproximadamente 30 línguas de imigração faladas hoje no Brasil.

2.2. Segunda proposição

O português brasileiro emerge em contexto multilíngue: o contato linguístico é, pois, elemento constitutivo da sua formação

A extensão do comentário à primeira *proposição* teve o objetivo de ressaltar um aspecto recorrentemente enfatizado nos textos de *Rosa Virgínia*: o multilinguismo, mais ou menos generalizado do passado, localizou-se, mas o Brasil permanece sendo — e oxalá não deixe de ser — um país multilíngue.

Admitindo que «a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seus falantes» (Mattos e Silva 2004c: 17), afirma que o caminho pioneiro de estabelecimento de correlação entre configurações étnico-demográficas e configurações linguísticas foi, para a história do português brasileiro, aberto com objetividade por Antônio Houaiss, no seu já referido ensaio de 1985, e abordado com rigor na dissertação de mestrado de Alberto Mussa, de 1991, intitulada *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Se ousar dizer que, com a obra de nenhum outro autor das gerações que a precederam, excetuando, talvez, apenas Antônio Houaiss, o diálogo de *Rosa Virgínia* foi tão profícuo quanto com a de Serafim da Silva Neto, também não tenho dúvida em afirmar que Alberto Mussa, dos linguistas da geração seguinte à sua, foi um dos que mais impactaram a sua reflexão sobre a constituição sócio-histórica do português brasileiro.

A tabela síntese da história demográfica do Brasil, organizada por Mussa (1991), após interpretar dados colhidos no censo de Anchieta de 1583, nos censos de 1850 e de 1890, em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, de Hasenbalg (1979)⁷, e em *Situação das pesquisas acerca do tráfico em Portugal*, de Carreira (1981)⁸, atravessa, como fonte constante de inspiração e reflexão, o conjunto dos seus textos:

	1538 – 1600	1601 – 1700	1701 – 1800	1801 – 1850	1850 – 1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Tabela 1

⁵ «O total inclui os 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo de 2010 (e que servem de base de comparações com os Censos de 1991 e 2000) e também as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas se consideravam «indígenas» de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados» (cf. IBGE – Censo 2010).

⁶ «Dos indígenas com 5 anos ou mais de idade, 37,4% falavam uma língua indígena e 76,9% falavam português» (cf. IBGE – Censo 2010).

⁷ Hasenbalg, L. (1979): *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

⁸ Carreira, A. (1981): *Situação das pesquisas acerca do tráfico em Portugal, em UNESCO – O tráfico de escravos negros: séculos XV a XIX*. Lisboa: Edições 70.

Os dados da Tabela 1, reorganizados por Lobo (1996) na Tabela 2, a seguir, evidenciarão um dos aspectos mais relevantes da história linguística do Brasil, qual seja, o de que os *brancos* — europeus portugueses e seus descendentes «brancos» brasileiros —, falantes do português europeu ou, supostamente, para os aqui nascidos, de um português mais europeizado, corresponderam, do século XVI à primeira metade do século XIX, a uma taxa constante de aproximadamente 30%, enquanto os *não brancos* — africanos, negros brasileiros, mulatos e índios integridos —, indivíduos cuja história linguística familiar é, na origem, de língua não portuguesa, foram uma maioria constante, correspondendo a aproximadamente 70%.

	Etnias não brancas	Etnias brancas
1538-1600	70%	30%
1601-1700	70%	30%
1701-1800	68%	32%
1801-1850	69%	31%
1851-1890	59%	41%

Tabela 2

Não entrarei aqui no comentário das diversas questões que se podem levantar a partir da Tabela 1, como, por exemplo, a ressalva feita pelo historiador português Jorge Couto à categoria *portugueses* (1998: 275), segundo ele,

[...] utilizada na generalidade das fontes para referir os vizinhos⁹, distinguindo-os dos Índios e Africanos. Sendo conhecido que muitas famílias resultaram de uniões entre Portugueses e Índias ou Mamelucas, esse grupo inclui, assim, uma significativa percentagem de «não europeus», impossível de contabilizar e, nessa medida, de analisar separadamente.

Tal ressalva tem óbvias implicações linguísticas, pois já sabemos que, em muitas áreas, e provavelmente não só nas famílias mestiças formadas por portugueses e índias, a língua do cotidiano não teria sido um português mais europeizado.

Também mereceriam destaque as discrepâncias observadas para o século XVI, quando se confrontam os dados colhidos em Jorge Couto, não relativamente aos portugueses, mas aos africanos e aos índios, e os apresentados por Alberto Mussa. Diz o historiador:

É de realçar que, nos finais de Quinhentos, a presença de Africanos (42 por cento) já se estendia a todas as capitanias, ultrapassando, no conjunto, qualquer um dos outros grupos — Portugueses (30 por cento) e Índios (28 por cento) — e apresentando um crescimento espetacular nas capitanias de Pernambuco e Bahia, esta última sextuplicando os seus habitantes negros.

Os dados de Mussa, portanto, mesmo para dar conta de um quadro macroscópico, generalizante, parecem ser, sob alguns aspectos, questionáveis, assim como questionáveis poderiam ser alguns correlatos linguísticos deles inferidos.

Destaco, assim, para finalizar o comentário a esta segunda *proposição*, o «exercício preliminar» feito pela própria *Rosa Virgínia*, no sentido de mostrar a pertinência de avançarmos para o desvelamento dos contextos regionais ou mesmo dos microcontextos, a fim de que um panorama geral possa, no futuro, ser mais corretamente delineado. Na Tabela 3 — por ela organizada com dados extraídos da *Notícia do Brasil* ou *Tratado descritivo do Brasil*, concluído por Gabriel Soares de Sousa em 1587¹⁰, das *Cartas de Vilhena*, escritas entre 1788 e 1789 e editadas sob o

9 Sobre o significado do termo vizinhos, Couto (1998: 275) informa o seguinte: «As fontes utilizadas apresentam geralmente os cálculos demográficos relativos aos Portugueses em termos de vizinhos. A conversão desta unidade em número de habitantes foi efetuada com base num índice de 5,5, dimensão média adotada a partir do cálculo apresentado por Anchieta que estabelece a equivalência aproximada de vizinhos a indivíduos: «terá em toda sua comarca [Bahia] quase 2000 vizinhos de Portugueses, dos quais haverá de 10 ou 12.000 pessoas».»

10 Souza, Gabriel Soares de (1587/1989). *Notícia do Brasil*. Lisboa: Publicações Alfa (edição e comentário de Luís Albuquerque).

título de *A Bahia no século XVIII*, em 1969¹¹, do livro *Rio de Janeiro no século XVI*, de Joaquim Veríssimo Serrão (1965)¹², e do livro *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, de João José Reis (1986)¹³ —, temos um pequeno *flash* da diversa distribuição dos grupamentos étnicos em cinco espaços distintos, entre o século XVI e o XIX:

		FIM DO SÉC. XVI	FIM DO SÉC. XVIII	1835
BAHIA	Branco	2.000	20.000 (+ índios)	18.500
	Índios	6.000		
	Negros	4.000	40.000	47.000
OLINDA	Branco	3.000		
	Índios			
	Negros			
RIO	Branco	750		
	Índios	3.000		
	Negros	100		
SÃO PAULO	Branco		11.093	
	Índios		32.126	
	Negros		8.987	
GOIÁS	Branco		8.931	
	Índios		29.622	
	Negros		34.104	

Tabela 3

Os dados da Tabela 3 corroboram duas das suas importantes afirmações sobre a constituição histórica do português brasileiro, que, a seguir, destaco:

É certamente no entrecruzar-se de variantes localizadas menos ou mais interferidas por marcas indígenas e/ou africanas, de variantes mais gerais menos ou mais africanizadas ou menos ou mais aporuguesadas que se definem e emergem os traços característicos do português brasileiro, língua nacional (Mattos e Silva 2004c: 22).

Trabalho deste tipo se faz necessário para superar interpretações simplificadoras como a vitória da língua portuguesa ou genéricas como a da «descruiolização» do português popular brasileiro (Mattos e Silva 2004c: 38).

2.3. Terceira proposição

Na cena linguística do Brasil colonial, destacam-se três atores principais: o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro

Propõe Rosa Virgínia terem sido três os principais atores da cena linguística colonial brasileira — o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro —, «cada um desses atores recobrando uma incomensurável diversidade que não temos como demonstrar rigorosamente, mas que podemos inferir aproximadamente» (Mattos e Silva 2002b: 448). Aqui, apenas tratarei de dois dos referidos atores: as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro.

Tomando como ponto de partida uma relação feita, em manuscrito datado de 1584, pelo jesuíta Fernão Cardim, de 76 «nações tapuias» falantes de aproximadamente 65 línguas distintas que se distribuíam numa estreita faixa de terra paralela à costa, compreendida entre o Rio São Francisco ao Norte e o Rio de Janeiro ao Sul, Aryon Rodrigues (1993) estimou em 1.175 o

¹¹ Vilhena, Luís dos Santos (1788-1789/1969): *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapoan.

¹² Serrão, Joaquim Veríssimo (1965): *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro.

¹³ Reis, João José (1986): *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Brasiliense.

número de línguas indígenas faladas no Brasil, quando do início da colonização portuguesa. A base do cálculo de Rodrigues como se vê, não foram as primeiras línguas indígenas com as quais os colonizadores portugueses entraram em contato, ou seja, as línguas do tronco macro-tupi, sobretudo as da família tupi-guarani, que se estendiam ao longo de praticamente toda a costa e pela(s) bacia(s) do(s) rio(s) Paraná e Paraguai, mas, sim, as línguas do tronco macro-jê¹⁴.

A que terá correspondido, em termos sociopolíticos e linguísticos, o conceito de «nação» é uma pergunta a que não se pode responder facilmente. Aryon Rodrigues (1996: 14) propõe ter sido o *tupinambá*:

[...] a língua falada pelos índios abrangidos pela expressão de Anchieta 'desde os Tamoyos do Rio de Janeiro até os Pitiguares da Parayba' (ANCHIETA, 1595, p. 1-2), com ampliação para os índios da mesma cultura e língua que se encontravam ou vieram a encontrar-se na costa brasileira, do Rio Grande do Norte até o Pará», enquanto o *tupi* ou *tupiniquim* teria sido a «língua dos 'Tupis de São Vicente' do mesmo Anchieta»¹⁵.

Ainda, segundo Rodrigues, «O mais provável limite geográfico entre os falantes de tupinambá e de tupi era no século XVI a baía de Angra dos Reis, no litoral do Rio de Janeiro.»

No período colonial, a história do tupinambá e do tupi/tupiniquim será indissociável da história da língua que os colonizadores designaram de «geral», e, como vimos anteriormente, considerada pelo Diretório pombalino «uma invenção verdadeiramente abominável e diabólica».

Conforme destaca *Rosa Virgínia*:

O que de diversidade linguística recobre essa designação genérica [língua geral] é outra questão fundamental na reconstrução de uma história linguística do Brasil e, conseqüentemente, da história do português brasileiro (Mattos e Silva 2004c: 78).

Considerando a literatura dedicada à história linguística do Brasil, a expressão língua geral é polissêmica, sendo empregada: a) para designar a língua falada pelos tupis na costa, o que se convencionou chamar, no rastro de Serafim da Silva Neto (1950/1986), de língua geral da costa; b) para designar a língua indígena codificada gramaticalmente pelos jesuítas nos séculos XVI e XVII; c) para designar um possível pidgin ou crioulo formado a partir do contato entre portugueses e índios falantes de línguas diversas ou mesmo falado anteriormente à chegada dos portugueses e d) finalmente, apenas para designar duas línguas de origem indígena — a primeira, de base tupiniquim, falada de início em São Paulo, no século XVI, e — posteriormente, levada pelas Bandeiras — em Minas Gerais, no sul de Goiás, no Mato Grosso e no Norte do Paraná; a segunda, de base tupinambá, falada de início no Pará e no Maranhão, no século XVII, e, posteriormente, na Amazônia, acompanhando a expansão portuguesa na área¹⁶.

A última das acepções referidas é aquela a que, de acordo com Aryon Rodrigues (1996), se deveria limitar o emprego da expressão lexicalizada *língua geral*, respeitando-se o sentido bem definido que a expressão teria adquirido no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, quando o seu uso teria estado marcadamente associado a situações em que a «miscigenação em grande escala de homens europeus com mulheres indígenas teve como conseqüência a rápida formação de populações mestiças cuja língua materna foi a língua indígena das mães e não a língua europeia dos pais» (1996: 01). É, portanto, Aryon Rodrigues quem irá falar não de uma, mas de duas línguas

¹⁴ Rodrigues (2005: 01) faz a seguinte observação: «[...] pode-se supor que as fontes de informação tenham sido os índios tupinambás e que aquela enumeração representasse o conhecimento destes sobre seus vizinhos mais imediatos. Ela deve ser bastante representativa para a área coberta, embora possa não ser exaustiva.»

¹⁵ Diz ainda Rodrigues (1996: 07): «Embora as diferenças entre as línguas dos tupis e a dos tupinambás sejam muito menores que as que distinguem uma e outra do guarani, tratamos aqui aquelas duas como línguas distintas, não só porque as diferenças foram percebidas já pelos primeiros observadores, nos séculos XVI e XVII, como Anchieta em sua primeira gramática (1595: 1v) e o(s) autor(es) do vocabulário na língua brasílica, o dicionário anônimo dos missionários jesuítas (anônimo [1621 1952/3, *passim*]), mas também porque as duas tiveram alguns reflexos diferentes sobre o português (p. ex.: nos topônimos apropriados por este, cf. Rodrigues 1995: 235-237) e, ainda, porque a língua dos tupis provavelmente chegou ao sueste numa onda migratória distinta da que levou a língua dos tupinambás à costa oriental.»

¹⁶ Mais restritamente, observa-se que Antônio Houaiss (1985) e, com ele, *Rosa Virgínia* fazem uso da expressão *língua geral* para designar a língua falada pelos kariri, supondo que essa língua, em área interiorana do Nordeste, no século XVII, teria, assim como o tupinambá na costa, no século XVI, sido a língua de contato entre portugueses e índios.

gerais, por ele denominadas de *língua geral paulista* e *língua geral amazônica*¹⁷. Assim, propõe que a expressão *língua geral* designe um produto especial de uma particular história de contato linguístico que se teria observado na América do Sul — além do Brasil, também no Paraguai —, produto este formado em condições nitidamente distintas das que permitiriam a formação de línguas pidgin e crioulas, já que a transmissão linguística, nas comunidades referidas, se teria feito sem interrupção, sem mudança de língua. Além disso, afirma que, na faixa central da costa compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, principalmente nas Capitanias da Bahia e de Pernambuco, não teria havido condições para a formação de línguas gerais, devido às ações de extermínio de que foram vítimas os índios já no século XVI e, além disso, ao maior afluxo de colonos europeus e, mais significativamente ainda, à maciça importação de escravos africanos.

A hipótese, mais complexa, levantada por Rosa Virgínia é que, entre essas duas línguas gerais, se pode idealizar um *continuum* de situações com maior ou menor marca das línguas em contato. Apoiando-se na leitura de *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (1995)¹⁸, referenda, ainda, a conjectura do etno-historiador John Manuel Monteiro de que aquilo que «na documentação colonial se designa por ‘usar a língua geral’, ‘falar a língua geral’, ‘saber a língua geral’ [se] refira a um português simplificado, com interferência das línguas indígenas e também das línguas africanas.» (Mattos e Silva 2004c: 79).

A longa citação por ela feita do texto de Monteiro será aqui parcialmente retomada, a fim de tornar mais claro o que está em discussão (*apud* Mattos e Silva 2004c: 80):

Muitos historiadores têm afirmado que o tupi era falado em São Paulo pelo menos até meados do século XVIII, quando cedeu lugar ao português e, nas áreas rurais, ao dialeto caipira. Cita-se freqüentemente o comentário do bispo de Pernambuco em referência a Domingos Jorge Velho: «Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo língua, porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro Tapuya mais que em dizer que é cristão». Na verdade, Domingos Jorge não apenas falava como escrevia em português, algo inusitado para um Tapuya qualquer. [...] Acontece que o bispo — como tantos observadores portugueses da época colonial — facilmente confundia-se com o português colonial corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas, classificando-o como uma língua à parte. Cabe ressaltar que, mesmo em São Paulo, o domínio da língua geral ou qualquer outra língua indígena era considerado uma respeitável especialidade, e a fluência numa dessas línguas limitava-se aos maiores sertanistas.

E continua John Manuel Monteiro, já agora trazendo ao debate a hipótese de que a base da língua geral paulista teria sido o guarani:

Parece provável que, na evolução do regime de escravidão indígena ao longo do século XVII, tenha se desenvolvido uma forma ancestral do dialeto caipira, aliás fortemente marcado pela presença de palavras de origem guarani. A população escrava, de fato predominantemente guarani, porém crescentemente heterogênea, a partir da segunda metade do século era basicamente bilingüe, apesar de muitos sentirem dificuldades de expressar-se em português. A rigor, a divisão linguística de São Paulo refletia a estrutura bipolar da sociedade colonial: na sua base, os escravos provavelmente de diversos grupos étnicos e linguísticos comunicavam-se na versão paulista da língua geral baseada num padrão guarani; no topo, a comunidade luso-brasileira diferenciava-se da massa cativa por meio do uso da língua colonial, embora, inevitavelmente, entrasse em contato diário com o guarani do lugar.

Ampliado o conceito de língua geral, a partir da hipótese, ancorada em Monteiro, de que aquilo que «na documentação colonial se designa por ‘usar a língua geral’, ‘falar a língua geral’, ‘saber a língua geral’ [se] refira a um português simplificado, com interferência das línguas indígenas e também das línguas africanas», propõe Rosa Virgínia que as línguas gerais poderiam até confundir-se, em áreas geográficas delimitáveis, com o terceiro principal ator da cena linguística colonial, que ela vai chamar de português geral brasileiro, tomado como o antecedente histórico do português popular brasileiro contemporâneo, ou, nos termos de Lucchesi (1994), das normas vernáculas do português brasileiro.

¹⁷ Rodrigues (1994) distingue as duas línguas apenas em termos diatópicos e diacrônicos. Rodrigues (1996), todavia, propõe que a *língua geral paulista* seja de base tupi/tupiniquim e a *língua geral amazônica*, de base tupinambá.

¹⁸ Monteiro, John Manuel (1995): *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

A caracterização por ela feita para este português geral brasileiro apresenta-o como altamente diversificado, e, embora afirme não ser tal diversificação verificável empiricamente, considera provável ter havido denominadores comuns entre as suas variedades, os quais teriam permitido a intercomunicação, pelo menos desde fins do século XVII e início do século XVIII, quando se inicia o ciclo da mineração, tomado como primeiro grande momento integrador da sociedade colonial. Considerando, com base em Alberto Mussa, o grande descenso da população dos índios integrados ao sistema colonial já na passagem do século XVI para o século XVII, vai concluir que esse português geral brasileiro — linguagem «adulterada», nos termos de Serafim da Silva Neto (1950/1986), e, hoje, mais adequadamente definido nos termos de uma teoria do contato linguístico ou da Crioulística como produto de uma aquisição imperfeita da língua-alvo — terá sido [esse português geral brasileiro] principalmente «formatado» pelos africanos e seus descendentes.

2.4. Quarta proposição

Africanos e afrodescendentes foram os principais difusores da língua portuguesa no Brasil e os principais formadores do português brasileiro em sua variante social majoritária — o português popular brasileiro

Há duas questões a se deslindar no comentário desta *proposição*: 1) Por que o português se difundiu tão generalizadamente no Brasil? 2) Que variedade do português se difundiu generalizadamente no Brasil?

Entre os historiadores da língua portuguesa, a resposta à primeira pergunta, conforme veremos em três citações a seguir mencionadas, confluía para o mesmo ponto.

Segundo Paul Teyssier (1982/1997: 94-95):

Durante muito tempo o português e o tupi viveram lado a lado como línguas de comunicação. Era o tupi que utilizavam os bandeirantes nas suas expedições. Em 1694, dizia o Pe. Antônio Vieira que «as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas uma com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola.» Na segunda metade do século XVIII, porém, a língua geral entra em decadência. Várias razões contribuem para isso, entre as quais a chegada de numerosos imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro e diamantes e o Diretório criado pelo marquês de Pombal em 3 de maio de 1757, cujas decisões, aplicadas primeiro ao Pará e ao Maranhão, se estenderam, em 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil. Por elas proibia-se o uso da língua geral e obrigava-se oficialmente o da língua portuguesa. A expulsão dos jesuítas em 1759, afastava da colônia os principais protetores da língua geral. Cinquenta anos mais tarde, o português eliminaria definitivamente esta última como língua comum, restando dela apenas um certo número de palavras integradas no vocabulário português local e muitos topônimos.

Em Ivo Castro (1992: 31-32), lê-se:

Perante a radical eliminação da língua geral no Brasil e a imposição do ensino do português segundo a gramática de Lobato, quem hesitará em imputar a responsabilidade pela homogeneidade linguística do Brasil a um gesto político do Marquês de Pombal?

Finalmente, é a própria *Rosa Virgínia* quem afirma no texto «Português brasileiro: raízes e trajetórias», publicado em 1993:

Em 1757, com o Marquês de Pombal, se define explicitamente para o Brasil uma política linguística e cultural que fez mudar de rumo a trajetória que poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena, já que os dados históricos informam que uma língua geral de base indígena ultrapassara de muito as reduções jesuíticas e se estabelecia como língua familiar no Brasil eminentemente rural de então. O Marquês define o português como língua da colônia, consequentemente obriga o seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil, antes restrito à Companhia de Jesus, que foi expulsa do Brasil.

Rompendo com esta tradição e, portanto, aproximando-se de outra, em que estavam a etnolinguista Yeda Pessoa de Castro (1980) e o antropólogo Darcy Ribeiro (1995), irá *Rosa Virgínia* defender, em textos escritos nos anos 2000, que foram os africanos e os afrodescendentes não

só os principais difusores da língua portuguesa no Brasil, mas, como já destaquei anteriormente, os principais *formatadores* do português brasileiro em sua variante social majoritária — o português popular brasileiro. Enumeram-se a seguir os argumentos em que a sua defesa se apoia:

1. Não tendo havido a possibilidade de se estabelecerem no Brasil línguas africanas, os africanos adotaram o português do colonizador, reestruturando-o profundamente, porque o adquiriram já adultos, em situações de oralidade e sob o efeito da aquisição imperfeita de uma segunda língua.
2. A massa de africanos e de afrobrasileiros (negros e mulatos) foi extremamente significativa na dinâmica da demografia colonial e pós-colonial brasileira: segundo os dados de Alberto Mussa anteriormente mencionados, os africanos e seus descendentes teriam correspondido a 20% no século XVI, 60% no século XVII, 60% no século XVIII e 65% no século XIX.
3. A presença de africanos e afrodescendentes foi generalizada em todo o Brasil colonial, ainda que com menos representatividade no Brasil meridional e amazônico. Para além de terem estado sempre presentes nas grandes frentes de exploração mercantil, desempenharam ainda múltiplos e pequenos, mas essenciais papéis no interior das famílias dos colonizadores e também no espaço extradoméstico, tanto nos núcleos urbanos em formação, como nas áreas rurais.

2.5. Quinta proposição

O passado sócio-histórico-linguístico do Brasil deverá ser interpretado para a compreensão do português brasileiro «heterogêneo e variável, plural e polarizado»

Para finalizar este texto, inicio o comentário desta última *proposição* com a seguinte citação, em que não a voz da linguista-filóloga, ou da filóloga-linguista, ou da arqueóloga estruturalista — como a definiu a gerativista diacronista Mary Kato, por ela considerada a maior linguista do Brasil¹⁹ —, mas, sim, da *professora de língua portuguesa* — como ela própria sempre preferiu se autodefinir, confessando, em um dos últimos textos que escreveu, publicado postumamente, em 2013, que para evitar problemas de identidade —, sensível à realidade sociolinguística das salas de aula e, como diria o cantor-poeta Gilberto Gil (1984), sempre olhando «a cara da pessoa comum e da pessoa rara», assim se expressa:

[...] devo confessar que aos que me lêem que sempre tive muita cautela para enfrentar a questão histórica do português brasileiro, apesar de há muito tempo lidar com a história da língua portuguesa, sobretudo no seu primeiro período documentado, o chamado período arcaico. De fato, entrei na questão do português brasileiro por uma via que não foi consequência de projetos de pesquisa, mas sim consequência da minha já antiga experiência como professora de língua portuguesa e das perplexidades daí decorrentes, diante do que pretende, ou pretendia esse ensino, e do que os estudantes de fato dominam (Mattos e Silva 2004c: 45).

Como já anteriormente comentado, as «perplexidades daí decorrentes» ganharam interpretação teórica na formulação proposta por Dante Lucchesi (1994): o português brasileiro é não apenas *heterogêneo e variável*, mas também *plural e polarizado*, assumida por Rosa Virgínia. Nas salas de aula brasileiras, sobretudo a partir da década de 70 do século passado, o embate seria ainda mais complexo, porque se travaria entre as chamadas *normas vernáculas* ou *populares*, as chamadas *normas cultas* e ainda a chamada *norma-padrão*, ou seja, o ideal normativo preconizado pelas gramáticas tradicionais²⁰.

¹⁹ Comunicação pessoal.

²⁰ Verifica-se, entre os sociolinguistas brasileiros, certa variação terminológica. Em Bagno (2008: 11), por exemplo, se pode ler: «Cada vez mais se torna evidente que é preciso analisar a nossa realidade sociolinguística sob três focos: de um lado, (1) o da *norma-padrão*, isto é, o modelo idealizado de língua «certa» descrito e prescrito pela tradição gramatical normativa — e que de fato não corresponde a nenhuma variedade falada autêntica e, em grande medida, tampouco à escrita mais monitorada —, e, do outro lado, como extremos de um amplo *continuum*, (2) o conjunto das *variedades prestigiadas*, faladas pelos cidadãos de maior poder aquisitivo, de maior nível de escolarização e de maior prestígio sociocultural, e (3) o conjunto das *variedades estigmatizadas*, faladas pela imensa maioria da nossa população, seja nas zonas rurais, seja

Partindo, pois, desse português não apenas heterogêneo e variável, mas também plural e polarizado do presente, *Rosa Virgínia* segue em direção ao passado, discutindo as vias — necessariamente distintas — de pesquisa para a reconstrução das normas cultas e das normas vernáculas do português brasileiro²¹.

S O B R E A R E C O N S T R U Ç Ã O H I S T Ó R I C A D O P O R T U G U Ê S C U L T O B R A S I L E I R O

O *português europeu* — referido acima como um dos três principais atores da cena linguística colonial brasileira — é por *Rosa Virgínia* identificado como o antecedente histórico do português culto brasileiro ou das normas cultas do português brasileiro. Esse português europeu aqui chegado é concebido como variável não só diatópica e diastraticamente, mas também em perspectiva diacrônica, já que para a América foi transplantado ao longo de todo o período colonial e até mesmo posteriormente, com os portugueses passando a constituir o principal grupo de imigrantes dentre os europeus e asiáticos que para aqui afluíram a partir de meados do século XIX. O seu projeto de reconstrução histórica do português culto brasileiro se delinea da seguinte forma:

1. Afirma que se esteia em uma tradição escrita, do que decorreria a necessidade do escrutínio das fontes documentais remanescentes, para a constituição de um *corpus* representativo, a ser integrado por textos escritos por «portugueses letrados que aqui estavam ou [por] brasileiros seus descendentes que se literatizaram e representantes de outros grupos étnicos que compunham a sociedade colonial[,], que puderam chegar à condição de letrados» (Mattos e Silva 2002b: 451).
2. Afirma que, apesar de não se poder definir o que teria sido o português brasileiro culto do passado sem considerar como termo essencial de comparação o que teria sido o próprio português europeu entre 1500 e o século XIX, sua origem remontaria à segunda metade do século XVIII, momento a partir do qual o ensino da língua portuguesa, ainda que precário, se teria tornado obrigatório, com as reformas pombalinas.

S O B R E A R E C O N S T R U Ç Ã O H I S T Ó R I C A D O P O R T U G U Ê S P O P U L A R B R A S I L E I R O

Diferentemente do português culto brasileiro — cujo antecedente histórico teria sido o português europeu e cuja investigação pode apoiar-se em uma tradição escrita —, a reconstrução do português popular brasileiro — cujo antecedente histórico teria sido o chamado português geral brasileiro — é concebida e denominada por *Rosa Virgínia* como uma *reconstrução de tipo arqueológico*. São suas palavras:

Tendo sido formado na oralidade o *português geral brasileiro*, antecedente histórico do *português popular brasileiro*, a busca do seu percurso histórico tem de ser feita não fundada em *corpora* escritos, [organizáveis] *ad hoc*, como para o *português culto brasileiro*, como é óbvio, mas num processo de reconstrução do tipo — que designarei metaforicamente — arqueológico, em que, de evidências dispersas, caçadas pelas teorias sobre o contacto lingüístico e pela história social do Brasil, se possa chegar a formulações convincentes. Percurso análogo, *mutatis mutandis* e *modus in rebus*, ao da reconstrução do chamado «latim vulgar», cuja principal fonte de estudo é o seu resultado, as línguas românicas (Mattos e Silva 2002b: 457).

nas periferias e zonas degradadas das nossas cidades, ondem vivem os brasileiros mais pobres, com menor acesso à escolarização de qualidade, desprovidos de muitos de seus direitos mais elementares.» Para além da questão terminológica, também é relevante destacar que Bortoni-Ricardo (2002), diferentemente de Lucchesi (1994), propõe a análise da realidade linguística brasileira a partir de três *continua*: o *continuum* rural-urbano, o *continuum* de oralidade-letramento e o *continuum* de monitoração estilística.

²¹ Sobre a reconstrução histórica da *norma-padrão*, faz a seguinte ressalva (2002b: p. 448): «Deixarei de parte o *português brasileiro padrão*, como antes definido, porque, parece-me, será ele algo estático, tal como, *modus in rebus* e *mutatis mutandis*, o «latim clássico», embora considere que não seja nada desinteressante uma pesquisa sistemática nas gramáticas prescritivas escritas no Brasil, a partir do século XIX, e, em Portugal, desde o século XVI, para ver o que mudou, se mudou, na perspectiva dos proponentes de uma *norma padrão ideal* e, também, para verificar o que eles censuram, porque será indicio de variações conviventes, indicações de possíveis mudanças em curso na história da língua portuguesa.»

3. PALAVRAS FINAIS...

Ou, melhor, palavras não finais, já que as *cinco proposições* aqui comentadas foram apenas a sugestão de um dos múltiplos itinerários de leitura abertos pela obra de Rosa Virgínia Mattos e Silva...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bagno, Marcos (2008⁵⁰): *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola.
- Bortoni-Ricardo, Stella Maris (2002): «Um modelo para a análise sociolinguística do português do Brasil», em Marcos Bagno (ed.), *A linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 333-346.
- Castro, Ivo (1992): *História da língua portuguesa*. Relatório (Programa e manual da cadeira). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Couto, Jorge (1998): *A construção do Brasil*. Lisboa: Cosmos.
- Cunha, Celso (1986): «Conservação e inovação no português do Brasil», *O eixo e a roda* 5, 199-230.
- «DIRECTORIO, que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario», editado a partir do fac-símile disponibilizado em Rita Heloísa de Almeida (1997): *O Diretório dos Índios: um projeto de «civilização» no Brasil do Século XVIII*. Brasília, UnB. <http://www.ipol.org.br/imprimir.php?cod=187>
- Gil, Gilberto (1984). «Extra II, o rock do segurança», em *Raça humana*. Kingston / Nova Iorque / Rio de Janeiro: Warner Music Brasil.
- Houaiss, Antônio (1985): *A língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2194&t=censo-2010-populacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274>
- Kreutz, Lúcio (2000): «Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio», *Revista Brasileira de Educação* 15, 159-176.
- Kreutz, Lúcio (2000): «A educação de imigrantes no Brasil», em Eliane Lopes / Luciano Faria Filho / Cynthia Veiga (eds.), *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 347-370.
- Lucchesi, Dante (1994): «Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil», *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 12, 17-28.
- Lobo, Tânia (1996): «A formação histórica do português brasileiro: o estado da questão». Comunicação apresentada no XI Congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), realizado em Las Palmas de Gran Canaria. Texto inédito.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989): *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1993): «Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história)», *Discursos* 3, 75-92.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1995): «A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro», *Boletim da ABRALIN* 17, 73-85.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1998): «Ideias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior», em Ataliba Teixeira de Castilho, *Para a história do português brasileiro. V. 1 Primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 21-52.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2000): «Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro», *Gragoatá* 9, 11-27.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2000): «Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados», *Estudos Linguísticos e Literários* 25/26, 251-283.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2001): «De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios», em Rosa Virgínia Mattos e Silva (ed.), *Para a história do português brasileiro. V. 2, Tomo 2 – Primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 275-301.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2002a): «Reflexões e questionamentos sobre a constituição de corpora para o Projeto «Para a história do português brasileiro»», em Maria Eugênia Lamoglia Duarte / Dinah Callou (eds.), *Para a história do português brasileiro. V. 4 – Notícias de corpora e outras histórias*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ/FAPERJ, 17-28.

- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2002b): «Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa», em Tania Maria Alkmim (ed.), *Para a história do português popular brasileiro. V. 3 – Novas histórias*. São Paulo: Humanitas, 443-464.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2004a): «O português brasileiro: sua formação na complexidade multilinguística do Brasil colonial e pós-colonial», *Leituras Contemporâneas* 1(1), 95-105.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2004b): «Fatores sócio-históricos condicionantes na formação do português brasileiro: em questão o propalado conservadorismo da língua portuguesa no Brasil», em Víctor Ml. Sánchez Corrales (ed.), *Actas XIII Congreso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (Alfal)*, vol. I. San José de Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 81-94.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2004c): *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2013): «O difícil fazer de uma edição crítica de um manuscrito medieval: relato de uma experiência», *Estudos Linguísticos* 42(2), 669-678.
- Morello, Rosângela (2012): «Política de cooficialização de línguas no Brasil», *Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa* 01, Colóquio Internacional de Maputo. <http://www.youblisher.com/p/611679-RIILP-01-Coloquio-Internacional-de-Maputo-Mocambique/>
- Mussa, Alberto (1991): *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado inédita.
- Pessoa de Castro, Yeda (1980): «Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia», *Centro de Estudos Baianos/UFBA* 89, 1-29.
- Petter, Margarida Maria Taddoni (2006): «Línguas africanas no Brasil», em Suzana Alice Marcelino Cardoso / Jacyra Andrade Mota; Rosa Virgínia Mattos e Silva, *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 117-142.
- Ribeiro, Darcy (1995): *O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1993): «Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas», *D.E.L.T.A.* 9(1), 83-103.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1994): «As línguas gerais», em Aryon Dall'Igna Rodrigues, *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 99-109.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1996): «As línguas gerais sul-americanas», *Papia* 4(2), 6-18.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (2005): «Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil», *Ciência e cultura* 57(2).
- Silva Neto, Serafim da (1950/1986⁵). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença – Instituto Nacional do Livro.
- Teyssier, Paul (1982/1997): *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.